

SUMÁRIO



SEJUSP-MS

Agente de Segurança Socioeducativa

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos técnicos e administrativos	1
Estrutura e organização textual	6
Ortografia	11
Acentuação	16
Gramática normativa	23
Concordância verbal e nominal	24
Redação oficial e normas de documentos técnicos	30
Questões	43
Gabarito	51

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Operações matemáticas fundamentais	1
Razão, proporção	3
Regra de três	6
Porcentagem	8
Juros simples e compostos	10
Análise combinatória e probabilidade básica	12
Sequências lógicas e padrões numéricos	19
Noções de estatística básica	24
Questões	34
Gabarito	42

NOÇÕES DE ÉTICA E CIDADANIA

Fundamentos de ética institucional	1
Responsabilidade profissional e conduta ética	7
Respeito à diversidade cultural e social	8
Relação entre ética, cidadania e direitos humanos	13
Combater preconceitos e discriminações no ambiente institucional	15
Questões	17
Gabarito	21

SUMÁRIO

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Direitos e garantias fundamentais previstos na constituição federal	1
Princípios dos direitos humanos na socioeducação.....	4
Direitos humanos e convenções internacionais: regras de pequim, regras de havana e declaração universal dos direitos humanos	6
Princípios do atendimento humanizado e não discriminatório no sistema socioeducativo.....	14
Direitos e deveres dos adolescentes em conformidade com as medidas socioeducativas.....	21
Gênero, raça, diversidade e enfrentamento à discriminação.....	22
Questões	28
Gabarito.....	36

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Estatuto da criança e do adolescente (lei nº 8.069/1990): Princípios, direitos fundamentais, política de atendimento, prática de ato infracional, medidas socioeducativas, justiça da infância e da juventude, apuração de ato infracional atribuído a adolescente.....	1
Lei nº 12.594/2012 - Sinase: institui o sistema nacional de atendimento socioeducativo.....	69
Resolução nº 252, de 16 de outubro de 2024 – conselho nacional de direitos da criança e do adolescente (conanda) – dispõe sobre as diretrizes nacionais para a segurança e proteção integral de adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no sistema nacional de atendimento socioeducativo	90
Lei estadual nº 4.894/2016 E suas alterações – reorganiza a carreira gestão de medidas socioeducativas	107
Lei estadual nº 1.102/1990 E suas alterações – regime jurídico dos servidores públicos civis do poder executivo, das autarquias e das fundações do estado de mato grosso do sul.....	120
Questões	171
Gabarito.....	175

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL E TRABALHO EM EQUIPE

Habilidades interpessoais e trabalho em equipe.....	1
Gestão de conflitos no ambiente de trabalho.....	2
Motivação e comprometimento profissional	4

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Comunicação eficaz e escuta ativa	5
Relacionamento com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	7
Princípios da disciplina e hierarquia no serviço público	8
Comunicação não violenta, resolução de conflitos e práticas restaurativas	10
Questões	12
Gabarito.....	15

RACIOCÍNIO CRÍTICO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Capacidade de análise e síntese de informações.....	1
Tomada de decisão em cenários solicitados	2
Pensamento lógico e estruturação de ideias.....	4
Estratégias para lidar com imprevistos e conflitos	6
Identificação de padrões e relações causais.....	8
Exercícios práticos de solução de problemas	11
Questões	14
Gabarito.....	17

INFORMÁTICA BÁSICA

Hardware e dispositivos	1
Sistemas operacionais (windows e linux).....	6
Editores de texto, de apresentações e de planilhas.....	35
Internet, navegadores.....	77
Correio eletrônico	83
Redes de computadores	89
Segurança da informação e proteção de dados	99
Banco e análise de dados	107
Uso de e-mails institucionais e redes internas	113
Questões	114
Gabarito.....	123

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.



As operações básicas da matemática são a fundação sobre a qual todo o conhecimento matemático é construído. Elas formam a base dos cálculos e são essenciais para a compreensão de conceitos mais avançados. A seguir, abordaremos as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, explorando suas definições e propriedades.

ADIÇÃO (+)

A adição é a operação que determina um número para representar a junção de quantidades.

Exemplo: $2 + 3 = 5$

Os números 2 e 3 são chamados de parcelas, e o número 5 é a soma.

Propriedades da Adição:

— **Propriedade Comutativa:** A ordem dos números não altera o resultado.

$$a + b = b + a$$

Exemplo: $1 + 2 = 2 + 1$

— **Propriedade Associativa:** A maneira como os números são agrupados não altera o resultado.

$$(a + b) + c = a + (b + c)$$

Exemplo: $(1 + 2) + 3 = 1 + (2 + 3)$

— **Elemento Neutro:** O zero é o elemento neutro da adição, pois qualquer número somado a zero resulta no próprio número.

$$a + 0 = a = 0 + a$$

Exemplo: $0 + 3 = 3$

— **Fechamento:** A soma de dois números naturais é sempre um número natural.

$$a + b \text{ é um número natural}$$

SUBTRAÇÃO (-)

A subtração é a operação que determina um número para representar a diminuição de quantidades.

Exemplo: $5 - 4 = 1$

Propriedades da Subtração:

— **Propriedade Não Comutativa:** A ordem dos números altera o resultado.

$$a - b \neq b - a$$

Exemplo: $5 - 2 \neq 2 - 5$

— **Propriedade Não Associativa:** A maneira como os números são agrupados altera o resultado.

$$(a - b) - c \neq a - (b - c)$$

Exemplo: $(6 - 4) - 1 \neq 6 - (4 - 1)$



— Introdução

A ética nas organizações tornou-se um tema central no cenário empresarial contemporâneo. Com a crescente demanda por transparência, responsabilidade social e integridade, as empresas são cada vez mais pressionadas a adotar práticas éticas em todas as suas operações.

A ética não apenas fortalece a imagem de uma organização perante seus stakeholders, mas também contribui para a construção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo, essencial para a sustentabilidade dos negócios a longo prazo.

Nesta discussão, abordaremos os principais conceitos que fundamentam a ética nas organizações, destacando sua importância e os benefícios que traz para o ambiente corporativo. Além disso, exploraremos os desafios que as empresas enfrentam ao tentar implementar práticas éticas e as estratégias eficazes para promover uma cultura organizacional baseada em valores éticos sólidos.

— Conceitos de Ética nas Organizações

A ética nas organizações refere-se ao conjunto de princípios, valores e normas que orientam o comportamento dos indivíduos e das instituições no contexto empresarial. Esses princípios éticos são fundamentais para a tomada de decisões e para a condução das atividades empresariais de maneira justa, transparente e responsável. Abaixo, destacamos alguns dos principais conceitos relacionados à ética nas organizações:

- **Integridade:** A integridade é a base da ética organizacional. Refere-se à consistência entre os valores declarados e as ações praticadas pela organização e seus membros. Agir com integridade significa manter um comportamento honesto e coerente, independentemente das circunstâncias.

- **Transparência:** Transparência envolve a comunicação clara, precisa e acessível das informações relevantes para todas as partes interessadas. Isso inclui a divulgação de práticas, políticas, decisões e resultados da organização, de maneira que permita a compreensão e a confiança dos stakeholders.

- **Responsabilidade Social:** A responsabilidade social corporativa (RSC) é o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade. Envolve ações que vão além das obrigações legais, buscando contribuir positivamente para o meio ambiente, a comunidade e a economia.

- **Justiça:** Justiça implica em tratar todas as partes interessadas de maneira equitativa e imparcial. Nas organizações, isso se reflete na equidade salarial, oportunidades de crescimento, e na resolução de conflitos de forma justa e ética.

- **Respeito:** Respeitar todas as pessoas, independentemente de sua posição, origem, gênero, religião ou qualquer outra característica, é essencial para um ambiente de trabalho ético. Isso inclui ouvir ativamente, considerar diferentes perspectivas e valorizar a dignidade de cada indivíduo.

Além desses conceitos, é importante mencionar a *accountability*, ou prestação de contas, que se refere à responsabilidade de responder pelas ações e decisões tomadas, e a ética de *compliance*, que envolve a adesão às leis e regulamentos aplicáveis, além das normas internas da organização.

Exemplos Práticos

Para ilustrar esses conceitos, vamos considerar alguns exemplos práticos:

- **Integridade:** Uma empresa de consultoria financeira que aconselha seus clientes a tomar decisões de investimento alinhadas com seus melhores interesses, mesmo que isso signifique menores comissões para a empresa, está praticando a integridade.

- **Transparência:** Uma organização que publica relatórios anuais detalhados sobre seu desempenho financeiro, práticas ambientais e impacto social, demonstrando abertura e clareza, está exemplificando a transparência.



A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Popular”, é um documento histórico que marca o retorno do Brasil à democracia após uma era sombria de ditadura militar.

O resultado de intenso debate e reflexão não apenas lançou as bases para uma organização nacional, mas também promoveu os direitos individuais e coletivos do povo brasileiro. Os seus princípios fundamentais baseiam-se na prioridade da dignidade humana, que não só informa, mas também molda toda a estrutura normativa do Estado.

— Contextualização Histórica: Compreendendo a Constituição de 1988

A promulgação da Constituição de 1988 não é apenas um momento significativo na história do Brasil, mas também um símbolo de superação da idade das trevas do autoritarismo e da afirmação dos princípios democráticos.

Depois de mais de duas décadas de um regime militar repressivo que suprimiu as liberdades individuais e coletivas, a promulgação da nova Constituição marca a concretização das aspirações de liberdade, justiça e igualdade que permearam a luta pela redemocratização do país.

A década de 1980 foi marcada por intensos movimentos de resistência civil e política, que culminaram na mobilização social e na ampla expressão política na Assembleia Constituinte. O processo democrático de elaboração desta Constituição contou com a participação ativa de representantes de vários sectores da sociedade, incluindo partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais e sociedade civil.

Neste contexto, a promulgação da Constituição de 1988 não significa apenas o fim do sistema autoritário, mas também o surgimento de uma nova ordem democrática baseada na soberania popular, na distribuição do poder, na garantia dos direitos individuais e de grupo e na proteção do povo.

Portanto, é mais do que um documento legal, simboliza a resiliência do povo brasileiro diante das adversidades e sua capacidade de construir um futuro baseado nos princípios de liberdade, igualdade e unidade.

A Constituição de 1988 emergiu assim como um farol de esperança para uma nação que tentava reconstruir-se numa base mais justa, mais inclusiva e democrática. Representa um compromisso com uma nação onde os direitos humanos são respeitados, a diversidade é valorizada e a justiça é fornecida a todos os cidadãos. Portanto, este é um acontecimento importante na história brasileira que deve ser lembrado e celebrado como tendo alcançado uma sociedade mais livre, igualitária e fraterna.

— Prioridade à Dignidade Humana na Constituição de 1988: bases e consequências

A dignidade humana é mais do que um princípio abstrato da Constituição de 1988. Este é o alicerce sobre o qual se constrói toda a estrutura normativa da Carta Magna. Esta ideia central, derivada da filosofia do direito e dos valores humanos, reconhece que cada indivíduo possui valores únicos, indivisíveis e invioláveis que não podem ser rejeitados ou rejeitados devido às suas características pessoais, sociais, econômicas ou políticas.

No contexto da Constituição brasileira, o princípio da dignidade humana está claramente incluído no artigo 1º, inciso 3º da Constituição, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Este reconhecimento oficial não só confere à dignidade humana um status constitucional, mas também obriga o Estado brasileiro a proteger e promover a dignidade humana em todas as suas atividades e políticas públicas.

A Constituição de 1988 reconheceu a dignidade humana como um princípio básico e estabeleceu uma nova ordem de valores em que os direitos e interesses individuais são igualmente protegidos e respeitados.

Esta abordagem tem em conta não só a garantia dos direitos fundamentais como o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade, mas também a criação de condições sociais, econômicas e culturais que garantam o pleno desenvolvimento humano de cada indivíduo. Além disso, a dignidade humana atua como um fator limitante do poder do Estado, restringindo as ações do Estado quando o Estado infringe ou é susceptível de infringir os direitos e interesses básicos dos cidadãos.

**LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.



Comportamento Organizacional e Trabalho em Equipe

No contexto da administração pública e do ambiente organizacional moderno, as habilidades interpessoais têm se tornado competências cada vez mais valorizadas. Elas são frequentemente exigidas em concursos públicos, especialmente em cargos que envolvem relacionamento com o público ou trabalho colaborativo. Essas habilidades, também chamadas de soft skills, referem-se à capacidade de se comunicar, interagir, entender e trabalhar bem com os outros. Paralelamente, o trabalho em equipe é uma exigência constante nas organizações públicas e privadas, pois a colaboração entre os membros de uma equipe é essencial para alcançar objetivos comuns, melhorar a produtividade e promover um ambiente harmônico.

A integração entre habilidades interpessoais e trabalho em equipe é fundamental para o funcionamento eficiente das instituições. Saber se comunicar com clareza, escutar ativamente, ter empatia, lidar com conflitos e adaptar-se a diferentes perfis comportamentais são elementos que favorecem o desempenho coletivo.

Principais habilidades interpessoais

As habilidades interpessoais englobam um conjunto de atitudes e comportamentos que facilitam a convivência e a cooperação entre as pessoas. Entre as mais relevantes para o ambiente de trabalho e os concursos, destacam-se:

- **Comunicação eficaz:** envolve a clareza na transmissão de mensagens, a escuta ativa e a capacidade de adaptar a linguagem ao interlocutor. Uma boa comunicação reduz ruídos e mal-entendidos, essenciais para ambientes organizacionais.

- **Empatia e inteligência emocional:** refere-se à capacidade de compreender os sentimentos e as perspectivas dos outros, o que contribui para um ambiente de respeito e cooperação.

- **Assertividade:** é a habilidade de expressar opiniões e sentimentos de forma clara, direta e respeitosa, sem agressividade ou passividade.

- **Resolução de conflitos:** trata da capacidade de mediar e resolver divergências com equilíbrio, mantendo o foco nos objetivos comuns e evitando rupturas nas relações.

- **Flexibilidade e adaptação:** diz respeito à disposição para mudar estratégias, lidar com diferentes perfis e enfrentar desafios com criatividade.

- **Capacidade de dar e receber feedback:** fundamental para o crescimento profissional e para a melhoria contínua, tanto individual quanto coletiva.

Essas competências são frequentemente avaliadas em provas discursivas, entrevistas e até em dinâmicas de grupo em concursos públicos que exigem análise de perfil profissional.

Trabalho em equipe

Trabalho em equipe é a prática de várias pessoas colaborarem entre si com o objetivo de alcançar metas comuns. No contexto das organizações públicas, essa prática envolve a divisão de tarefas, o compartilhamento de responsabilidades e a construção de um ambiente baseado na confiança e na cooperação.

Características essenciais de uma equipe eficiente incluem:

- **Sinergia:** o todo é mais produtivo do que a soma das partes.

- **Papéis bem definidos:** cada integrante sabe sua função e responsabilidade.

- **Metas claras:** todos trabalham com foco em objetivos comuns.

- **Comunicação interna:** fluidez na troca de informações é crucial.

- **Cooperação:** envolve respeito mútuo, ajuda mútua e foco no coletivo.



Entendendo a Capacidade de Análise

A análise é a habilidade de examinar uma informação em detalhes, separando seus elementos constituintes para entender suas relações, intenções e implicações. Esse processo permite detectar o que é essencial, identificar pressupostos, argumentos, falácias e até erros lógicos.

O que é analisar informações?

Analisar é investigar a estrutura de um enunciado, uma tabela, um gráfico ou um problema. Ao fazer isso, o candidato desenvolve um pensamento crítico, deixando de aceitar informações de forma passiva para julgá-las de forma ativa.

Identificar partes, relações e padrões

Imagine um gráfico que apresenta dados de crescimento populacional. A análise permite identificar não apenas os números, mas também tendências, irregularidades e relações causais. Nas questões de lógica, por exemplo, isso se traduz em perceber padrões numéricos, lógicos ou linguísticos.

Separar o essencial do acessório

Muitas questões vêm recheadas de informações irrelevantes. Um bom analista sabe separar o que é ruído daquilo que realmente contribui para resolver a questão. Isso evita distrações e economiza tempo na prova.

Exemplos de questões que exigem análise

- Questões que pedem a identificação de argumentos em um texto;
- Interpretação de gráficos com múltiplas variáveis;
- Situações-problema com condições implícitas e explícitas;
- Problemas de lógica envolvendo tabelas-verdade, diagramas ou sequências.

Dicas para aprimorar a capacidade analítica

- Pratique leitura crítica diariamente, com textos jornalísticos e opinativos;
- Faça questões que envolvam análise de gráficos e tabelas;
- Desenvolva o hábito de sublinhar ou anotar as partes essenciais do enunciado;
- Estude lógica formal e raciocínio dedutivo com exercícios progressivos.

Entendendo a Capacidade de Síntese

A síntese é a capacidade de reunir ideias, dados e argumentos dispersos para construir uma resposta clara, objetiva e estruturada. Ela envolve a organização do pensamento e a habilidade de focar no que realmente importa para responder a uma pergunta.

O que é sintetizar informações?

É resumir sem perder a essência. Ao sintetizar, você integra diferentes partes da informação para produzir um entendimento global e coerente, capaz de responder à demanda do enunciado.



O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU